



Declaração

Anexo I

1 — Rui Manuel Ferreira Cordeiro, Cartão de Cidadão n.º 04361692 residente em Rua das Rosas n.º 2020, Eira Velha, freguesia de Colmeias e concelho de Leiria e Arlindo Ferreira Cordeiro, Cartão de Cidadão n.º 07797621 residente na Rua da Achada n.º 114, Chão, freguesia de Colmeias e concelho de Leiria, na qualidade de representantes legais de CORDEIRO & Cª – Comércio Hortícola e Frutícola Lda., NIPC 503546429 e sede em Rua das Rosas n.º 75, Eira Velha, freguesia de Colmeias e concelho de Leiria, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento **Aquisição de frutas e hortícolas para as Escolas Básicas do 1º Ciclo do Concelho de Pombal – Ano Letivo 2016/2017 – Processo n.º 068_AJD_SA_16**, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declaram aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declaram também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que juntam em anexo:

a) Declaração de poderes de representação;

3 — Declaram ainda que renunciam a foro especial e se submetem, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declaram, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional



- c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código, durante o período da inabilidade fixado da decisão condenatória;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;




j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e f) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Colmeias, 21 de outubro de 2016


António Ferreira Cordeiro
cordeiro & cia
comércio hortícola e frutícola
A Gerência

PROCURAÇÃO

Rui Manuel Ferreira Cordeiro, casado, NIF 176609610, titular do cartão de cidadão nº 043616925ZY0 válido até 27.10.2019 e emitido pela República Portuguesa, residente na Rua das Rosas, nº 20, Colmeias, Leiria e Arlindo Ferreira Cordeiro, casado, NIF 183115449, titular do cartão de cidadão nº 077976215ZY8 válido até 12.11.2019 e emitido pela República Portuguesa, residente na Rua da Achada, nº 130, Chã, Colmeias, Leiria, na qualidade de sócios-gerentes da sociedade Cordeiro & Cª – Comércio Hortícola e Frutícola, Lda, NIPC 503546429, com sede na Rua das Rosas, nº 75, Colmeias, Leiria, e em representação desta constituem seu bastante procurador o também gerente Rui Manuel Ferreira Cordeiro, a quem conferem os poderes especiais necessários e suficientes para, em seu nome e em representação da sociedade Cordeiro & Cª – Comércio Hortícola e Frutícola, Lda, apresentar, assinar e rubricar propostas ou candidaturas relativas a quaisquer concursos públicos, ou em quaisquer outros procedimentos adjudicatórios ou ajuste directo para qualquer dos fins previstos na lei promovidos por quaisquer entidades, e com poderes para praticar todos os actos permitidos por lei.-----

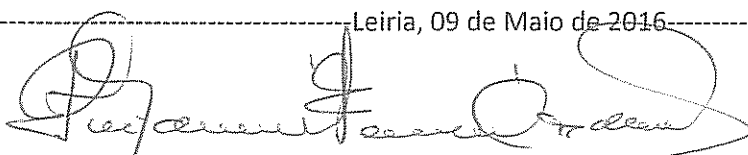
De igual modo confere poderes para solicitar esclarecimentos e informações à entidade competente para a admissão das propostas ou candidaturas, ou júri do concurso, bem como para apresentar quaisquer documentos e prestar informações ou esclarecimentos solicitados pela entidade adjudicante ou júri do concurso, em qualquer fase do procedimento de contratação.-----

~~Ainda, de estar presente em quaisquer actos públicos de abertura de propostas, podendo examinar documentação, solicitar e prestar informações ou esclarecimentos, apresentar reclamações, recursos hierárquicos ou contenciosos, podendo neste caso substabelecer os poderes conferidos a advogado.-----~~

Assinar contratos de empreitada, de prestação de serviços, de fornecimento ou quaisquer outros a celebrar pela sociedade no âmbito de quaisquer procedimentos de contratação supra referidas, bem como assinar eventuais alterações ou aditamentos dos mesmos.-----

Por fim, no mesmo âmbito, representar a sociedade e actuar em seu nome realizando todos os actos e formalidades necessários, e requerendo quaisquer actos perante quaisquer entidades públicas ou privadas, com poderes para assinar em nome da sociedade quaisquer documentos, requerimentos que considerem necessários à execução do presente mandato.-----

Leiria, 09 de Maio de 2016-----


Arlindo Ferreira Cordeiro



Sousa Santos

ADVOGADOS

1.º 2977-C
509 3603
2.º A 240
19. Fax 244 812 684
2977c@adv.pt

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

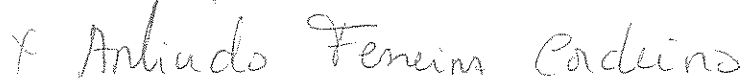
--No dia nove de Maio de dois mil e dezasseis, perante mim, Paulo Sousa Santos, advogado, com escritório na Av.ª Cidade Maringá, nº 441, 2.º A, Leiria, compareceram:--
--Rui Manuel Ferreira Cordeiro, portador do Cartão de Cidadão nº 043616925ZY0 válido até 27.10.2019, emitido pela Republica Portuguesa, NIF 176609610, casado, residente na Rua das Rosas, nº 20, Colmeias, Leiria e Arlindo Ferreira Cordeiro, portador do Cartão de Cidadão nº 077976215ZY8 válido até 12.11.2019, emitido pela Republica Portuguesa, NIF 183115449, casado, residente na Rua da Achada, Chã, Colmeias, Leiria, por si e na qualidade de sócios-gerentes e com poderes para o acto da sociedade Cordeiro & C.ª – Comércio Hortícola e Frutícola, Lda, com a certidão permanente 0786-0677-4137, válida até 11.03.2017.-----

--Verifiquei a identidade dos signatários por exibição dos mencionados documentos de identificação.-----

--Confirmaram perante mim o conteúdo do presente documento (procuração), que me apresentaram para fins de autenticação, que declararam ter lido e assinado e que o mesmo exprime a sua vontade.-----

--Este termo foi lido e explicado o seu conteúdo aos signatários.-----

x 

x 

O Advogado,



Paulo Sousa Santos
ADVOGADO

Cód. Prof. Adv. N.º 2977-C
Cont. M.º 175 963 509 3603
Av. Cidade de Maringá N.º 441 2.º A 3400-218 LEIRIA
Tel. 244 812 683 244 827 339 Fax 244 812 684
E-MAIL: paulosantos-2977c@adv.pt

- Artº 38º do D.L. 76-A/2006 de 29 de Março.

- Registo nº 2977c/1925



ORDEM DOS ADVOGADOS

REGISTO ONLINE DOS ACTOS DOS ADVOGADOS

Artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29-03

Portaria n.º 657-B/2006, de 29-06

Dr.(a) Paulo Sousa Santos

CÉDULA PROFISSIONAL: 2977C

IDENTIFICAÇÃO DA NATUREZA E ESPÉCIE DO ACTO

Autenticação de documentos particulares

IDENTIFICAÇÃO DOS INTERESSADOS

Rui Manuel Ferreira Cordeiro

Cartão de Cidadão n.º. 043616925ZY0

Arlindo Ferreira Cordeiro

Cartão de Cidadão n.º. 077976215ZY8

EXECUTADO A: 2016-05-09 12:33

REGISTADO A: 2016-05-09 12:34

COM O N.º: 2977C/1925

Poderá consultar este registo em <http://oa.pt/atos>
usando o código 23809064-763954